

# SEGUNDO ENCONTRO

(27.04.93)

*B*oa noite. Podemos começar, por favor. Ontem apresentei a Análise Institucional como tendo uma lógica da contradição - dialética, não identitária -, e introduzi algumas das principais contradições que formam a base de nossa teoria. Vou recordá-las, sem maiores comentários.

Primeiramente, a contradição na construção de um campo de coerência. Um campo de coerência novo em relação ao que está instituído na ciência, e multi-referenciado nesse mesmo instituído. Com relação a essa multi-referencialidade, evidencia-se a recusa de um ponto de vista único.

A segunda contradição situa-se entre o instituído e o instituinte. Assinalei que há contradição no interior do instituído e também no interior do instituinte.

A terceira, localizei-a entre a institucionalização – processo normal do que "vem a ser" socialmente (e isso vale, por exemplo, tanto para um time de futebol quanto para uma sociedade psicanalítica) - e o processo de autodissolução – dinâmica, em geral invisível, que aparece freqüentemente provocando uma enorme e, não raro, total surpresa. Ilustrei com a exemplo do Partido Comunista Bolchevista, da extinta União Soviética.

Apontei ainda um outro nível de contradição dialética: entre a autogestão e a heterogestão.

Enfim, o último exemplo de contradição dialética: a existente entre a implicação e a neutralidade axiológica do objetivismo habitual. Esta combate a análise de nossas implicações concretas, seja na pesquisa, na formação, ou em toda e qualquer prática social cotidiana.

Concluí com um exemplo de que gosto muito, relativo ao fundador da Sociologia, Augusto Comte. Frisei, então, a importância da ruptura entre o que Comte chama métodos objetivo e subjetivo - este descoberto após se ter apaixonado perdidamente por Clotilde. Pretendi mostrar, com tal exemplo, a importância da libido em nossas implicações; certamente tão importante quanto o poder e o dinheiro.

Hoje me propus a apresentar os conceitos operatórios da Análise Institucional. A apresentação vai caminhar em certa desordem, pois esses conceitos não têm uma ordem lógica, estando sempre em relação dialética uns com os outros. Para melhor introduzi-los, seria necessário um quadro com três dimensões. Vamos representá-los, portanto, numa ordem apenas didática.

Uma primeira noção importante é a de intervenção, largamente falada, extremamente banal. Na França, usa-se essa palavra para quase todas as atividades. Talvez no Brasil também. Mas existe um significado mais preciso do termo intervenção, em algumas teorias da Psicologia Social e Sociologia. Neste último caso, falamos de uma sociologia de intervenção, em oposição à sociologia do discurso (presente apenas em livros e artigos).

Intervenção significa, aqui, que a pesquisador é, ao mesmo tempo, técnico e praticante. O termo praticante deve ser entendido como na religião católica. O católico distingue praticantes e

não praticantes. Analogamente, posso dizer: Pierre Bourdieu é um sociólogo não praticante; eu sou um sociólogo praticante.

O que entendemos por intervenção? Temos principalmente uma influência da intervenção psicossociológica, importada dos Estados Unidos, à época do Plano Marshall. Logicamente, não inventamos o método intervenção, mas propusemos outro tipo de intervenção psicossociológica, criticando os limites da habitual.

A intervenção psicossociológica trabalha, em geral, com pequenos grupos. Nós também trabalhamos com pequenos grupos. Mas a Análise Institucional nasce precisamente da crítica à Psicossociologia (ou, vulgarmente, à psicologia dos pequenos grupos), já que Georges Lapassade fez aparecer o que, de alguma forma, estava escondido nesse modelo de análise de grupo. Ele reintroduziu uma coisa que estava fora dos grupos enquanto fora do campo da análise de grupo. E essa "coisa" era a instituição que faz, cria, molda, forma e é o grupo.

Por exemplo, a não ser que passe pelo institucional, esse grupo que ora formamos não existe. A sua existência passa pelo institucional. Esse grupo pode ter também outras características. Podemos analisá-lo partindo de diversos paradigmas: paradigmas psicológicos, políticos, sistêmicos, econômicos... No entanto, todas essas ações "expressam" (e se "expressam"), imprimem, precisamente, a dimensão institucional.

O sentido do termo intervenção quando circunscrito à realidade dos grupos é a que chamamos de campo de intervenção. A intervenção socioanalítica se caracteriza pela consideração de um campo de análise e um campo de intervenção que não se confundem. O nosso modelo de análise de grupo se funda na compreensão de alguma coisa que é invisível e terrivelmente presente no grupo, como um espectro; isto é, a instituição.

Nosso método de intervenção consiste em criar um dispositivo de análise social coletiva. Pontuamos o sentido do termo socioanálise no dispositivo de intervenção.

O que é, então, esse dispositivo? Consiste em analisar coletivamente uma situação coletiva. Nesse sentido, o socioanalista tem trabalhos a fazer que não são, necessariamente, os de interpretação. Alguns, preferencialmente, se utilizam da interpretação; outros quase não a usam. Como em todas as linhas, há vários caminhos.

Quando falo do trabalho socioanalítico, refiro-me à necessidade, à tentativa de se colocar em cena o dispositivo. Somos um tanto obsessivos nessa questão do dispositivo; descobrimo-lo como um instrumento de análise extraordinário. O dispositivo pode ser, por exemplo, a formação de uma Assembléia Geral, onde todas as pessoas envolvidas no processo de intervenção possam estar presentes. Todas as pessoas envolvidas, juntas num único lugar, onde iremos intervir. Essa Assembléia Geral não é necessariamente igual à dos sindicatos e partidos políticos.

Hoje, pela manhã, houve uma assembléia geral nesta universidade, e não foi socioanalítica. Talvez pudesse ter se tornado uma Assembléia Geral socioanalítica, se os organizadores tivessem chamado uma equipe de socioanalistas. Certamente há muitos nesta universidade, além de um socioanalista francês. Mas não houve qualquer pedido de socioanálise. A equipe organizadora da Assembléia Geral ficou como único mestre do dispositivo.

Na Assembléia Geral socioanalítica, há um dispositivo em triângulo. Existem: as pessoas que, a princípio, apenas vêm à Assembléia - os participantes -, a equipe organizadora, e a equipe de interventores (socioanalistas). São as relações entre esses três grupos que estudamos. O que propomos é a análise dessa relação,

sob a forma de uma discussão coletiva. Geralmente é muito difícil realizá-la. Há sólidas resistências à análise coletiva em todo trabalho de intervenção. Essa resistência pode vir do grande grupo, chamado grupo-cliente, que é sempre dividido, nunca homogêneo, e tem as suas próprias contradições. Essa resistência pode vir da equipe que organizou o encontro, o acontecimento, que passou a encomenda de análise aos socioanalistas. E essa resistência pode vir... dos socioanalistas,

**Encomenda** é um conceito operatório em socioanálise. Em outros métodos, contudo, vamos encontrar também análises de encomenda. A encomenda tem origem em demandas. Em uma socioanálise, por exemplo, em demandas individuais e dos grupos que compõem o grande grupo da intervenção em processo. Os responsáveis, as pessoas que têm autoridade para requerer uma intervenção que, enfim, passam a encomenda, também têm demandas individuais. Portanto, existe uma grande diversidade e muitas contradições entre todas as demandas possíveis da população envolvida. Para ocorrer um pedido de socioanálise, o grupo de organizadores, num primeiro momento, deve traduzir essas diversas demandas numa encomenda que lhes permita entrar em contato com a equipe de socioanalistas. Desde o início há, portanto, uma traição a tais demandas. A equipe de organizadores inicia seu trabalho construindo a encomenda. Esta encomenda é discutida com a equipe de interventores (os socioanalistas), antes que se comece efetivamente a intervenção. Sabemos, por experiência, que antes de iniciada a intervenção, todo o ocorrido entre essas duas equipes, em geral, fica em segredo.

A socioanálise consiste em tornar público esse segredo. Diante da Assembléia Geral socioanalítica, a equipe-cliente (os

organizadores) e a equipe de interventores restituem em detalhe - o que pode ser muito longo - o processo da encomenda.

Há sempre conflitos entre essas duas equipes (equipe-cliente e equipe-interventora). O clima socioanalítico é, por característica, muito tenso. Os organizadores (equipe-cliente) podem ter o interesse em ocultar alguns "pequenos e irrelevantes detalhes". Por exemplo, sobre dinheiro e poder no estabelecimento. Os socioanalistas podem querer também esconder "coisas", já que não são de uma moralidade ou santidade incontestáveis. A análise coletiva começa a partir da primeira restituição.

No que se refere à Assembléia Geral, freqüentemente pessoas ficam ausentes, ainda que sejam muito importantes para o trabalho. Não raro, nada se faz para que compareçam ou participem do processo de intervenção. Essa é uma das bem conhecidas formas de resistência à socioanálise.

Nesse caso, a equipe dos socioanalistas pode intervir diretamente - de maneira muito enérgica, mas pacífica - para que se tente achar essas pessoas e fazê-las estar presentes. Trata-se de um trabalho quase material. É preciso que o dispositivo Assembléia funcione e que, a partir de então, possamos analisar a situação.

Esses pequenos acontecimentos, sociais ou materiais, ocorrem não importa em qual assembléia geral. Normalmente, são tratados nos corredores ou escritórios, de forma burocratizada. A Socioanálise luta contra essa "resistência burocrática". É óbvio que a burocracia é sempre o mais forte, mas o confronto com esta, em geral, é muito instrutivo.

Gostaria de frisar, antes de passarmos às perguntas, que a colocação em cena do dispositivo Assembléia Geral, da restituição da encomenda, da negociação entre equipe-cliente e equipe de interventores, o trabalho para que a Assembléia Geral seja a mais

geral possível - mesmo que tal desejo comporte um ideal inacessível - são, em resumo, apenas alguns exemplos do que ocorre no processo de intervenção.

Pergunta: Você falou sobre a diferença entre encomenda e demandas. Estas últimas não podem ser vistas como produzidas pela própria intervenção?

Lourau: Creio que podemos responder sim, e não. Há demandas que preexistem ao trabalho socioanalítico. No entanto, ao pensar uma encomenda de intervenção, consideramos as demandas como "modificadas", pois influenciadas por essa nova situação; ou seja, elas têm, agora, relação com o projeto de convidar certa equipe de interventores.

Outra etapa do processo, capaz de modificar e produzir demandas, é o momento de negociação entre a equipe-cliente e a equipe-interventora. Pensamos que a intervenção começa no instante preciso em que um membro da equipe-cliente retira do gancho o seu telefone, para ver se uma equipe de socioanalistas pode vir fazer uma intervenção. Esse primeiro gesto não é inocente; é fatal.

Creio, por conseguinte, que não só é a encomenda produzida pela intervenção, mas que, em grande parte, também várias demandas são elaboradas por esse mesmo processo. É um caso não idêntico, mas similar, àquele da situação psicanalítica, mesmo que essas duas situações (intervenção socioanalítica e intervenção psicanalítica) sejam extremamente diferentes material e socialmente. Freqüentemente frisamos que a presença de dispositivos criando o trabalho psicanalítico é um ponto em comum entre a Psicanálise e a Socioanálise. Trata-se, em ambos os casos, de situações completamente artificiais. Mas, uma assembléia geral sindical também é artificial. A palavra artificial não tem um sentido pejorati-

vo. A Socioanálise se propõe, tão somente, a analisar todos esses artifícios, ou dispositivos. Gostaria ainda de tecer algumas considerações suplementares, em torno da questão encomenda-demandas, de forma a ampliar nosso campo de reflexões.

O trabalho socioanalítico pode parecer monótono, mecânico, mas na realidade, como afirmei, é sempre muito conflituoso, já que contradições, ocultas até então, podem surgir, por exemplo, quando uma pessoa toma conhecimento de uma nova informação, uma coisa que ela "não deveria saber" e que estava escondida. Poderão acontecer coisas produzidas por indivíduos, isoladamente, ou ligadas a fenômenos de grupo. O emergir desses acontecimentos pode ser provocado, simplesmente, pelo modo de regulação da Assembléia Geral. E a Socioanálise propõe sempre a autogestão. Desta forma, a princípio, nunca podemos prever o que irá ocorrer no processo da intervenção. A autogestão é um suporte, um instrumento valiosíssimo à análise. Não se trata, aqui, de uma autogestão real; não é a autogestão dos agricultores da Argélia. É uma autogestão-artifício, que faz parte do dispositivo Assembléia.

No clima habitualmente emocional da Assembléia Geral, podem acontecer fenômenos de extremismo, tanto emocional como político. Tais fenômenos podem igualmente existir também nas assembleias não socioanalíticas, de tipo sindical, estudantil, parlamentar, popular, etc. ... Todos os psicossociólogos deveriam estudar em profundidade essa história. O processo revolucionário em algumas assembleias é de uma riqueza extraordinária e, em certo sentido, tem vários pontos em comum com a intervenção socioanalítica. No entanto, quando se instaura, no processo histórico, um clima revolucionário - e pudemos constatar isso, em 1968, na França - não se fazem necessários os socioanalistas. Na

realidade, para nós seria a desemprego total. Aquilo que se passa espontaneamente num clima revolucionário, quanto ao funcionamento de uma assembleia, talvez seja o que tentamos reproduzir com um simulacro. A nossa referência política são, sempre, os movimentos revolucionários de massa.

Aqueles acontecimentos que podem agitar a Assembléia Geral socioanalítica permitindo fazer surgir, com mais força, uma análise; que fazem aparecer, de um só golpe, a instituição "invisível"; a esse tipo de acontecimentos chamamos **ANALISADORES**.

***Pergunta:** Gostaria que fosse esclarecido, através de um exemplo, como é feito o processo de trazer pessoas ausentes de um modo enérgico. Pareceu-me um modo ligeiramente autoritário, já que parto do fato de serem as pessoas livres à não participação.*

**Lourau:** Creio, mesmo, ter iniciado minha exposição dizendo que as pessoas, são livres. Os socioanalistas não têm qualquer mandato institucional de poder. Não têm sequer o poder de constrangimento. O contrato com a equipe-cliente se baseia numa regra de maximizar a análise coletiva, sem isso não há a Socioanálise. Quando disse que fazemos muita força para realizar o dispositivo Assembléia Geral, fiz referência à energia que nós, de alguma forma, gastamos no esforço de fazer o mais coletiva possível a análise - não havia qualquer conotação policial. Não obrigamos quem quer que seja a ficar, sequer a estar, na Assembléia. A palavra enérgico pode produzir a confusão. Trata-se, porém, de energia dentro do trabalho de análise. Configura a que chamo de sobreimplicação, que é um elemento subjetivo na análise das implicações. Isso que podemos nomear como investimento psicológico, costumo traduzir por gasto de energia.

***Pergunta:** Você disse que os interventores são praticantes e que têm pontos de vista próprios; como a equipe de socioanálise se posiciona diante de demandas contrárias, de diferentes interesses?*

**Lourau:** É uma pergunta muito importante. A análise das implicações é o cerne do trabalho socioanalítico, e não consiste somente em analisar os outros, mas em analisar a si mesmo a todo momento, inclusive no momento da própria intervenção. As implicações em jogo podem ser claramente libidinais, por exemplo. Tanto num pequeno grupo quanto num grande, os afetos heterossexuais e homossexuais estão presentes o tempo todo, em qualquer situação da vida. Podem ocorrer também variadas seduções visando o exercício de uma certa hegemonia de poderes, tanto dentro do grupo de interventores como na relação deste com os demais grupos da intervenção. As implicações ideológicas e políticas estão, é claro, presentes a todo momento.

Comumente estamos imersos em graves contradições: a equipe-cliente - que nos chamou, nos convidou, nos aceitou para fazer o trabalho e nos pagou; em geral constituída de pessoas que conhecem nossos pressupostos políticos e ideológicos e, necessariamente, não se contrapõem a estes - na situação concreta de intervenção, pode vir a se antagonizar conosco. Pode-se ter um acordo ideológico, e também referências políticas comuns e, no entanto, a situação de intervenção - que cria necessariamente tensões e conflitos - pode, de alguma forma, nos afastar durante o trabalho. Situação ainda muito comum é a contradição entre a ideologia dominante da equipe-cliente - que faz parte do grupo-cliente - e a dos demais participantes deste grupo-cliente, que denominamos "a base". Esta é uma situação real no interior da situação artificial criada pelo dispositivo. Face à mesma,

frequentemente os socioanalistas escolhem seu campo. Não é fácil, mas como não acreditamos na neutralidade axiológica, nem no apoliticismo, somos levados a tomar posição.

É também comum, nas intervenções socioanalíticas, ocorrer um fenômeno, à primeira vista contraditório, que denominamos caixa preta. A mesma equipe-cliente que nos passou a encomenda de intervenção se reúne em separado (caixa preta), por exemplo uma hora antes da Assembléia, como se preparando para "conduzir", "prever" ou "se defender" dos acontecimentos que, porventura, sejam "disparados" pelo dispositivo. De igual maneira, nós, os interventores, sentimos necessidade de uma reunião em separado (caixa preta) para avaliação de estratégias, análise das implicações e comentários gerais sobre o trabalho.

As duas equipes (equipe-cliente e socioanalistas) podem, ainda, se encontrar em separado do restante do grupo para falar de algumas dificuldades. A esse acontecimento demos o nome de caixa vermelha. Tanto a caixa preta quanto a vermelha encontram-se, hoje, incorporadas ao trabalho socioanalítico.

Mas, apesar de tais reuniões - ou "encontros" -, é na Assembléia Geral que verdadeiramente se dá a trabalho de análise. É nela que emergem publicamente os confrontos, independentemente das caixas preta ou vermelha. Confrontos, inclusive, entre os próprios socioanalistas - às vezes, até de ordem política. O importante é a análise se tornar o mais pública e coletiva possível. E nem tudo é possível... Há resistências a se revelar e a se coletivizar "alguns segredos", mesmo estes não sendo com relação a pertencer à máfia. Há militantes que até têm um lado um pouco "mafioso", que gostam d'O SEGREDO. Frequentemente encontramos esse "prazer" no segredo relacionado à educação católica e/ou protestante, à moral do pecado e do íntimo.

Retomando a questão anterior, não podemos forçar as pessoas a ir à Assembléia, ou a falar. Mas podemos analisar a bloqueio produzido pela situação de segredo, ou mesmo, de ausência. Em todo caso, é muito difícil lidar com tais situações. Ainda mais se há divergências dentro da equipe socioanalítica. Como sabem, não temos uma linha política única. Alguns de nós são mais próximos do partido socialista; outros, de uma linha marxista/trotskista; outros ainda, como eu, do pensamento libertário... Muitas vezes há divergências, mas tampouco tentamos, forçadamente, criar consensos.

Os conflitos geridos na Assembléia Geral costumam repercutir dentro da equipe de interventores, assim como as questões de dinheiro e de libido. Podem, inclusive, criar muitos acontecimentos engraçados, mas não temos tempo para que possa contá-los a vocês.

**Pergunta:** *Você falou da assembléia socioanalítica como um dispositivo. Gostaria de saber se vão ser citados outros dispositivos, ou se a assembléia é a único ou mais importante dispositivo.*

**Lourau:** É necessário que se faça uma distinção entre a intervenção breve e a longa. No início de nosso movimento, fazíamos sobretudo intervenções breves, nas quais a construção da Assembléia Geral era um ponto tão fundamental que resumia, no fundo, toda a intervenção. Hoje, nas intervenções de longa duração, é apenas uma etapa da intervenção, e nada mais. Porém, é uma etapa indispensável.

Já citei alguns de meus trabalhos recentes como, por exemplo, a intervenção em um instituto para crianças inadaptadas. Não falarei sobre o momento de elaboração da encomenda, porque isso seria muito longo. Constituímos uma equipe-cliente – preferencialmente acreditamos que assim o fizemos. Como é costume

acontecer de tempos em tempos, a equipe-cliente se autodissolveu - não antes de ter conseguido, com sucesso, reunir uma Assembléia Geral. Desta, saiu um projeto de uma nova equipe.

A partir desse ponto, imprimiu-se ao trabalho uma dada regularidade temporal. Vou ao estabelecimento uma vez por mês, falamos de uma futura Assembléia Geral, mas não funcionamos permanentemente com esse dispositivo. Funcionamos, antes, com um grupo-cliente composto por voluntários. Não temos como precisar, caso a caso, o quão "voluntária" é a inserção nesse grupo, pois esta se encontra marcada por uma forte instituição francesa a da formação continuada - e se vincula a perspectivas econômico-profissionais. Compreendemos que a caráter "voluntário" desse grupo se encontra tão atravessado por tais contradições, que não sabemos - e essa é uma das questões de análise - se os membros do grupo (funcionários do estabelecimento citado) se sentem obrigados, individualmente, a vir às reuniões porque estas ocorrem no tempo da formação permanente - ou contínua -, ou se vêm por razões outras, diversas. É uma difícil análise das implicações.

Percebe-se as pessoas motivadas para constituir uma Assembléia Geral, e resistindo à análise das implicações, ao "estar" no grupo, ao trabalho de intervenção e, paradoxalmente, à própria demanda de Assembléia Geral. Assim sendo, há uma permanente autodissolução dessa equipe-cliente, entre constantes "comparecimentos" e "faltas". Encontramo-nos, ainda hoje, como numa situação inicial, onde a relação equipe de socioanalistas/intervenção é efetuada unicamente pela direção do estabelecimento.

Temos ainda uma outra complicação: desde a primeira Assembléia Geral, um grupo de pessoas se recusou a participar da socioanálise. Portanto, a esse grupo-cliente, não estando "comple-

to", faltaria uma certa "transversalidade", como diria Guattari. A categoria que nos boicotou não aceitando participar da socioanálise é composta pelo grupo médico do estabelecimento. Parece que têm "alergia" à Socioanálise. Como não sou médico, não posso cuidar dessa "alergia". Também não posso, é claro, fazê-los comparecer à força. No entanto, tais questões têm colocado em segundo plano a dispositivo Assembléia Geral.

Em resumo, a Assembléia Geral, numa intervenção de longa duração, é um instrumento periódico e, na socioanálise breve, um instrumento condensador e potencializador do processo.

**Pergunta:** *O que você acha da possibilidade de intervenção em instituições onde se estivesse trabalhando como funcionário contratado; onde não houvesse quaisquer encomendas de socioanálise, mas a referencial teórico/prático do funcionário em questão [osse a Análise Institucional? Como ficaria a situação das implicações, incluindo os perigos de perseguição e de violência simbólica?*

**Lourau:** Essa pergunta aborda o problema da socioanálise interna, que ainda não tive tempo de falar. Estamos muito divididos com relação a essa questão. Num certo sentido, concordamos com a possibilidade de a "análise interna" se efetivar concretamente mas, apesar de considerá-la possível, algo me preocupa: a supressão da triangulação sobre a qual falei anteriormente. A ausência de um interventor "de fora" - que possa não estar totalmente comprometido com qualquer dos vários grupos que fazem funcionar a estabelecimento - pode favorecer a criação de uma falsa equipe de interventores no interior desse mesmo estabelecimento. É claro que essa equipe de interventores interna tem chances de ser composta por pessoas que comumente detêm a poder no

dito estabelecimento e, sob esta perspectiva, a questão do poder ficaria como algo inalisável.

Se retornarmos à situação original da Psicoterapia Institucional, onde a análise do hospital psiquiátrico era dirigida pelos médicos-funcionários - todos psiquiatras, "comandantes do navio" e, freqüentemente, autopositionados antes e acima de Deus -, encontraremos graves inconvenientes à defesa da análise interna.

Ademais, essa pergunta fala de um possível risco para aqueles que, de alguma forma, têm a iniciativa de fazer uma análise "interna" institucional. Isto nos faz retornar ainda ao argumento que acabei de usar. As pessoas que se arriscam a fazer tal análise não sendo protegidas pela triangulação, não pertencendo ao *staff* do estabelecimento ou não estando comprometidas com rivalidades pelo poder, individuais ou grupais, dentro do estabelecimento ou incidindo sobre este (caso comum nas intervenções realizadas para e/ou pelo Estado), podem sofrer diretamente a repressão das autoridades.

Em geral, a análise interna acaba se transformando numa luta interna pelo poder. Posso citar uma tentativa de análise interna que conheço bem, da qual participei, e que foi um fracasso total. Ocorreu em março de 1968, na Universidade de Nanterre, dentro do Departamento de Sociologia, de onde partiu a movimento de 68. À época, eu trabalhava neste Departamento e era assistente de Henri Lefebvre. Junto com alguns outros assistentes de Sociologia, Psicologia e Filosofia - e, também, com psicanalistas da corrente de Psicoterapia Institucional -, tive a idéia de lançar uma análise interna da universidade. A universidade estava em crise, havia muita violência entre grupos fascistas e de extrema esquerda. Nós, então, estabelecemos um dispositivo que, no pri-

meio momento, remava pôr em análise todas as categorias sócioprofissionais da universidade: estudantes, professores, pessoas ligadas à administração: assim como os sindicatos, partidos políticos, grupos religiosos ... que atravessavam tanto estudantes quanto professores e grupo administrativo.

Enviamos uma carta-convite a todos. Propúnhamos uma Assembléia Geral para dali a 15 dias, e nos propúnhamos como socioanalistas internos (apesar de tal conceito, à época, ainda não ter sido inventado). Enviamos cerca de 500 convites e obtivemos apenas duas respostas. A primeira veio do Reitor e de sua equipe da direção; a segunda, proponho que adivinhem. Tentem. Do Danny Cohn-Bendit e de seu pequeno grupo anarquista. É claro, ficamos muito surpresos; era um quadro de absurdo e de humor e, naturalmente, as duas respostas foram positivas. Óbvio, não era o suficiente para colocar em ação a dispositivo Assembléia Geral. Fomos, entretanto, novamente surpreendidos. No momento escolhido por nós para a Assembléia, a Movimento de 68 saía de Nanterre e eclodia em todas as cidades da França. O clima revolucionário estava lá e não esperou por nosso convite de análise interna. É a lembrança de um fracasso, mas, mesmo assim, é uma boa lembrança. Foi um fracasso por não termos conseguido reunir a Assembléia que prevíamos. Somente obtivéramos duas respostas ... um fracasso "técnico".

Pausa.

(Chega à mesa um texto, sem autor identificado, trazendo a questão que se segue).

*Pergunta: Ao mesmo tempo em que parece reafirmar a existência de uma missão revolucionária da Análise Institucional - como, por exemplo, a missão de lutar contra a resistência da burocracia -,*

*você insiste, por outro lado, numa caracterização de nova ciência para análise social, como método novo, conceitos e paradigmas que se contrapõem aos da velha ciência. Por que devemos confiar nos propósitos dessa nova ciência? Qual a garantia de que esses novos especialistas realizaram a análise de suas implicações ou permitiram que elas fossem analisadas, se são eles que detêm o saber especializado de fazer a assembléia acontecer ou de criar uma autogestão artificial? Será que não estamos diante de uma nova modalidade de neutralidade axiológica? Assinado: Fluxo Anônimo.*

**Lourau:** Esse pequeno texto é uma excelente análise da situação atual da Análise Institucional na França. Felicito a senhor Fluxo Anônimo e gostaria de conhecê-lo. (O professor Lourau interroga com os olhos a platéia e todos se inquietam esperando a identificação do autor do texto. Nada ocorre. O palestrante mania a cabeça, abandona dramaticamente os braços ao longo do corpo, emite um profundo suspiro e, se acomodando novamente ao assento, afirma espirituoso: "Ele é livre ... ". A questão, e a forma como esta foi apresentada, pareceu imprimir-lhe uma nova paixão.)

Debates e conflitos bastante duros nos agitam quando pensamos tal questão. Trata-se da institucionalização de nossa corrente de pesquisa, de seu sucesso relativo, principalmente nas instituições universitária e editorial. Tudo isso oferece, talvez, uma imagem nova de nosso trabalho. Como diz a senhor Fluxo, podemos ter confiança numa corrente de "análise institucional" que avança para a sua institucionalização? Não creio que devamos negar essa contradição, mas expô-la, tornando-a, inclusive, mais concreta e viva ao falarmos das novas dificuldades no mercado de trabalho francês.

Como sabem, a França também convive com o desemprego. Este, sem dúvida, atinge também aos trabalhadores intelectuais. Alguns entre nós, institucionalistas, procuram se profissionalizar; em particular, nas empresas e indústrias. Por exemplo, há uma equipe trabalhando regularmente numa central nuclear. (Estas são muito importantes na França. Creio ser a país com o maior número de centrais nucleares do mundo atual.) Tais institucionalistas são objeto de críticas, algumas silenciosas e outras não tanto, por parte de outros institucionalistas. Trata-se de gerir a contradição, uma vez mais. Tenho ocupado um lugar bastante exposto nessa contradição: vejo-me obrigado a estabelecer um certo equilíbrio entre essas duas tendências. Por minha reputação - consideram-me um tanto puro e duro politicamente -, sou reclamado como uma espécie de "guardião da ortodoxia" e, no entanto, sinto um enorme interesse pelo que fazem alguns institucionalistas que compõem essa tendência moderna, dita "oportunista". Creio terem toda a razão para fazer a que fazem. Logo, a questão é pensar e analisar a contradição, e não ficar placidamente construindo pensamentos maniqueístas do tipo bom e mau. É necessário não se deixar perder as implicações sócio-econômicas, que são reais e estão dadas. Meu principal interesse por essa tendência "oportunista" deriva de pensar a Análise Institucional como, efetivamente, passível de trazer contribuições à gestão das empresas; contudo, além dessa questão teórico-política relacionada à amplitude de ação de nossa corrente, há em meu interesse outras fortes implicações libidinais. Atualmente, alguns de meus antigos alunos de Nanterre, de 1968, trabalham como socioanalistas para empresas, ou criaram suas próprias empresas.

Sem dúvida, a formação e a saúde foram nossos dois primeiros terrenos de experimentação, mas isso não significa que

precisemos ficar presos às "origens" por toda a eternidade. As empresas formam hoje um novo "terreno" e, acredito, tão interessante quanto aqueles que tradicionalmente temos explorado.

Estou de acordo com a análise do senhor Fluxo, mas a Análise Institucional está também atada ao fluxo da realidade.

#### **Coordenadora:**

Como estamos a quinze minutos do encerramento, talvez possam ser formuladas novas perguntas. Não necessariamente apenas por escrito, vocês também podem falar.

*Pergunta: O senhor falou em alienação, num dado momento de suas aulas. Existe relação entre este conceito e o de desimplicação?*

**Lourau:** Desimplicação e alienação falam de dois campos de coerência diferentes. Não pegamos de empréstimo o conceito de alienação da teoria marxista, porque não houve necessidade; já tínhamos o equivalente num outro sistema de referência (falei, ontem à noite, no conceito de analisador passando de Pavlov para a Psicoterapia Institucional e, depois, para a Análise Institucional). O conceito de alienação - bem marcado por seu contexto teórico - talvez tenha sido muito mal utilizado pelos marxistas que a esvaziaram bastante de significado (acontece ... quando se usa a conceito para qualquer coisa). Tornou-se um conceito muito amplo, como uma blusa bem larga ... Como dizem os filósofos, perdeu em compreensão e ganhou muito em extensão; é a obesidade do conceito. Talvez, por isso, não utilizemos diretamente essa palavra, alienação.

A desimplicação ou não-implicação, do mesmo modo que a sobre-implicação, exprime, para nós, movimentos dinâmicos, sejam positivos ou negativos. No entanto, a noção de alienação parece não mais ter esse dinamismo e descrever a situação real como uma coisa imóvel. Contudo, penso que a falta de dinamismo de tal conceito date de, talvez, menos de um século. O conceito envelheceu, como nós; talvez apenas um pouco mais rápido...

***Pergunta:** Você falava da dificuldade de se fazer uma socioanálise a partir do lugar de funcionário do estabelecimento. Sua argumentação me pareceu entrar em conflito com a questão que você coloca depois - essa sim, a meu ver, uma coisa quase impossível de ocorrer: fazer socioanálise partindo do ponto de vista de uma empresa nuclear ou de uma multinacional qualquer; fazer socioanálise tendo sido chamado, contratado como um socioanalista. Parece-me relativamente possível alguém, tendo sido contratado para fazer Desenvolvimento Organizacional propor Socioanálise; no entanto, alguém contratado como interventor por uma estatal ou multinacional - pelo menos do que conheço de nossa realidade, pode até ser diferente na França -, necessariamente, só poderá fazer D. O., seja numa IBM ou em qualquer outra empresa instalada no Brasil. Como você responde a isso?*

**Lourau:** Na verdade, retomamos a questão da encomenda. Encomendas bastante diferentes e diversas, não propriamente de Socioanálise, mas podendo nos levar a fazer alguma coisa que se assemelhe à Socioanálise. Voltemos, por exemplo, ao início de nossa experimentação, quando a Socioanálise não existia no mercado. Sem a definição (oferta), não pode haver a encomenda.

Tínhamos, até então, encomendas de consultoria, de formação, de coisas que, enfim, existiam no mercado. Aos poucos, construímos, praticamos e teorizamos o desvio dessa já dada encomenda. Transformamos encomenda em um conceito operacional e a análise desta passou a ser imprescindível à Socioanálise. Acredito que isso tenha relação com a questão apresentada. Há muitas aberturas e possibilidades de se tentar a socioanálise a partir de encomendas que não são propriamente de Análise Institucional. Seria importante, creio, precisar tais possibilidades.

***Pergunta:** Só um esclarecimento. Quando se falou do conceito de alienação, você respondeu à questão formulada, como analista institucional ou como analista institucional específico da tendência libertária?*

**Lourau:** Acredito que só Deus saiba quem falou pela minha boca! Mais não posso dizer! ... Tenho uma boa formação marxista mas, antes de tudo, uma boa formação intelectual. Ontem, aliás, falei sobre o meu mestre Henri Lefebvre. Não sou marxista praticante, nem membro de nenhum partido, seja marxista, trotskista ou comunista ... Minha cultura marxista é de grande riqueza para mim e, no entanto, sempre fui um feroz crítico do marxismo - certamente trazendo algum desprazer, totalmente involuntário, a meu mestre. Uma vez, me permiti criticar Lênin diante dele. Ficou enraivecido e foi muito grosseiro. Disse-me: "Lênin, meu cu". Isso significava não ter eu qualquer direito a criticar Lênin. É verdade que o que denomino "tendência libertária" me ajudou, e ajuda, a compreender Marx e o marxismo. Sou resolutamente a favor de Bakunin

contra Marx. Faço alusão à história do grande conflito entre Bakunin e Marx, onde Marx saiu vitorioso, infelizmente.